

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

ANEXO IV.A – APENSO 1: CADERNO TÉCNICO DE LICENÇAS AMBIENTAIS DOS SERVIÇOS

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Processo de Licenciamento Ambiental, Legislação e Normas vigentes.

1.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá atender às exigências estabelecidas no processo de licenciamento ambiental, legislação e normas vigentes, incluindo, mas não se limitando, às seguintes referências:

- Lei Federal nº 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais;
- Lei Federal nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA nº 001/1986 - Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental no nível federal, bem como sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA;
- Resolução CONAMA nº 237/1997 - Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental;
- Decreto Estadual nº 8.468/1976 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente e define critérios para obtenção de licença;
- Decreto Estadual nº 47.400/2002 - Estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, para análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise;
- Resolução SMA nº 49/2014 - Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB;
- Resolução SMA nº 7/2017 - Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo;
- Decisão de Diretoria da CETESB nº 215/2007/E - Dispõe sobre a sistemática para a avaliação de incômodo causado por vibrações geradas em atividades poluidoras;
- Decisão de Diretoria da CETESB nº 100/2009/P - Procedimento de medição de níveis de ruído em sistemas lineares de transportes;
- Decisão de Diretoria da CETESB nº 389/2010/P - Regulamentação de níveis de ruído em sistemas lineares de transportes;
- Decisão de Diretoria da CETESB nº 287/2013/V/C/I - Procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

- ABNT/NBR 10151/2019 - Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas - Aplicação de uso geral;
- ABNT/NBR 16425-1/2016 - Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora provenientes de sistemas de transportes. Parte 1: Aspectos gerais;
- ABNT/NBR 16425-4/2020 - Acústica - Medição e avaliação de níveis de pressão sonora provenientes de sistemas de transportes. Parte 4: Sistema ferroviário.

1.2. Sistema de Gestão Ambiental – SGA

1.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implantar, durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, SGA que contemple o atendimento à legislação ambiental, as boas práticas do setor e a gestão dos aspectos e impactos socioambientais da operação dos SERVIÇOS, com objetivo de melhoria contínua.

1.2.2. O SGA deverá considerar pelo menos as seguintes atividades:

- Desenvolver procedimentos específicos para a identificação e gestão dos casos de reassentamento ou afetação de atividades econômicas, de acordo com a legislação local e os requerimentos dos organismos multilaterais de financiamento;
- Avaliar as diretrizes e programas ambientais já estabelecidos no processo do licenciamento ambiental das LINHAS;
- Determinar as partes interessadas, as respectivas necessidades e expectativas e definir como serão tratadas no SGA;
- Estabelecer, implementar e manter uma política socioambiental e estruturar objetivos, programas e metas adequados para dar sustentação à política estabelecida;
- Identificar e avaliar os riscos e oportunidades relacionados aos aspectos socioambientais, requisitos legais e outros identificados, de forma a assegurar que o SGA alcance os resultados pretendidos, que sejam prevenidos e reduzidos os efeitos indesejáveis e para alcançar melhoria contínua;
- Identificar e controlar os aspectos e impactos socioambientais específicos do objeto da CONCESSÃO;
- Identificar, controlar e registrar o atendimento à legislação, e demais requisitos legais ambientais pertinentes;
- Definir e acompanhar os indicadores e as metas do SGA;
- Estabelecer os planos e procedimentos para identificar o potencial de ocorrência e para responder às situações de emergência ambiental;
- Verificar o desempenho e tomar ações de melhoria nos processos do SGA por meio de auditorias, de reuniões gerenciais, de análise crítica, de análise de dados e de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

ações corretivas (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL); e

- Fornecer cópia dos documentos gerados no âmbito do SGA ao PODER CONCEDENTE (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).

1.3. Condições gerais

- 1.3.1. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a mitigação e/ou compensação pelos impactos socioambientais negativos decorrentes da execução do objeto da CONCESSÃO, conforme alocação de risco prevista no contrato, e a devida comprovação da implementação das medidas aplicáveis, e que deve ser encaminhada ao PODER CONCEDENTE e aos órgãos competentes.
- 1.3.2. A CONCESSIONÁRIA deverá obter junto aos órgãos competentes as licenças e autorizações necessárias para a execução dos EMPREENDIMENTOS previstos e demais ações de seu interesse, tais como edificações/instalações para RECEITA ACESSÓRIA, readequação de estrutura, implantação de novas estações.
- 1.3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá, sempre que couber, utilizar as Licenças Ambientais de Instalação já emitidas e descritas no item 3 do presente APENSO, dando continuidade ao atendimento das exigências vigentes.
- 1.3.4. A CONCESSIONÁRIA deverá obter as licenças e autorizações necessárias para a execução de intervenções de sua responsabilidade, conforme procedimentos previstos no ANEXO IV.A.

2. LICENÇAS AMBIENTAIS DE OPERAÇÃO E REGRAMENTOS

2.1. Processo do Licenciamento Ambiental da Operação.

- 2.1.1. A LINHA 11 e a LINHA 12 foram implantadas anteriormente à legislação relacionada ao licenciamento ambiental e, ao longo dos anos, passaram por processos de licenciamento específicos, relacionados às obras e intervenções de modernização e melhoria do sistema ferroviário. Assim, diversas licenças abarcavam fragmentos do sistema ferroviário. Tal cenário justifica o processo de regularização e unificação do licenciamento ambiental, em andamento junto à CETESB, para obtenção das Licenças Ambientais de Operação de Regularização (LOR).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

- 2.1.2. A LINHA 13 da CPTM foi implantada entre 2013 e 2017, seguindo o rito do licenciamento preconizado pela Resolução CONAMA nº 1/1986, Resolução CONAMA nº 237/1997, Decreto Estadual nº 8.468/1976 e Decreto Estadual nº 47.400/2002, com o estabelecimento do processo trifásico desde a fase preliminar do planejamento do empreendimento.
- 2.1.3. Em janeiro de 2018, objetivando o início da operação da LINHA 13, a CPTM encaminhou à CETESB o Relatório de Requerimento da Licença Ambiental de Operação visando embasar o processo de obtenção da LO junto a esse órgão ambiental – Processo CETESB nº 13.735/2007.
- 2.1.4. Em março de 2018, a CETESB expediu a Licença Ambiental de Operação – LO nº 2454, autorizando a operação da LINHA 13, e substituindo a LO nº 2400/2017, emitida para a Estação Engenheiro Goulart.
- 2.1.5. Em abril de 2021, objetivando a regularização ambiental da LINHA 11, a CPTM encaminhou para a CETESB o Relatório de Regularização Ambiental visando embasar o processo de obtenção da LOR junto a esse órgão ambiental – Processo IMPACTO nº 101/2021 – Processo CETESB nº 044152/2021-16.
- 2.1.6. Em setembro de 2022, objetivando a regularização ambiental da LINHA 12, a CPTM encaminhou para a CETESB o Relatório de Regularização Ambiental visando embasar o processo de obtenção da LOR junto a esse órgão ambiental – Processo IMPACTO nº 263/2022 – Processo CETESB nº 078368/2022-00.
- 2.1.7. Em dezembro de 2022, a CETESB expediu a LOR nº 2708, regularizando os trechos sem Licença de Operação e substituindo e/ou unificando as licenças de operação anteriores da LINHA 11, a saber:
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 27427/2011 – Construção da Subestação Retificadora de Energia de Guaianazes, obra componente da modernização da Linha 11;
 - Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2183/2013 – Pátio de Estacionamento de Trens de Guaianases, implantada como parte do projeto de recapacitação e modernização da Linha 11;
 - Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2289/2015 – Reconstrução da Estação Ferraz de Vasconcelos, parte integrante do projeto de Recapacitação e Modernização da Linha 11;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2313/2016 – Reconstrução da Estação Suzano, parte integrante do projeto de Recapacitação e modernização da Linha 11; e
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2336/2016 – Readequação da Estação Poá, parte integrante do projeto de recapacitação e modernização da Linha 11.

2.1.8. Em setembro de 2023, a CETESB expediu a LOR nº 2754, regularizando os trechos sem Licença de Operação e substituindo e/ou unificando as licenças de operação anteriores da LINHA 12, a saber:

- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 286/2008 – Estações USP Leste e Comendador Ermelino inseridas nas obras de Recapacitação e Modernização da 1ª fase da Linha 12 (Trecho Brás/Calmon Viana);
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 305/2008 – Estações Jardim Helena e Itaim Paulista inseridas nas obras de Recapacitação e Modernização da 1ª fase da Linha 12 (Trecho Brás/Calmon Viana);
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 311/2008 – Estação Jardim Romano inserida nas obras de Recapacitação e Modernização da 1ª fase da Linha 12 (Trecho Brás/Calmon Viana);
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 86096/2010 – Remodelação da Estação Calmon Viana e Construção da Subestação – SE Manoel Feio, parte das obras de recapacitação e Modernização da 2ª fase da LINHA 12;
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 93766/2010 – Implantação do ramal aéreo consumidor de 88/138 kV – RAC CPTM – Manoel Feio, com extensão de 51 m, interligando a subestação Manuel Feio à LTA Nordeste – Mogi, parte das obras de modernização da LINHA 12;
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2033/2012 – Remodelação do pátio de estacionamento de trens de Manoel Feio integrante da modernização da 2ª fase da Linha 12; e
- Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2160/2013 – Construção da nova Estação São Miguel Paulista, parte do projeto de recapacitação e modernização da 2ª fase da LINHA 12.

2.2. Autorização para Supressão de Vegetação

2.2.1. Para supressão de indivíduos arbóreos isolados com objetivo de limpeza e manutenção das LINHAS e em casos de risco à OPERAÇÃO COMERCIAL, a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar a Autorização para Supressão de Vegetação ASV nº 101.266/2018, atendendo o disposto na Instrução Técnica CPTM BE8786-

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

0, até que seja obtida junto à CETESB a Autorização de Supressão de Vegetação-ASV específica, o que deverá ocorrer na FASE PRÉ-OPERACIONAL, antes do início das obras, atendendo ao disposto na Instrução Técnica CPTM BE8786-0, ou eventuais atualizações ou documentos que vierem a substituí-la, atendendo especialmente à liberação do serviço por parte de CPTM e a emissão de relatório, em razão do disposto no item 2.2.2.

- 2.2.2. A compensação ambiental referente a tais supressões está contemplada nos Termos de Compromisso e Recuperação Ambiental TCRAs nº 55.790/2019 e nº 55.804/2019. Quando substituído a ASV nº 101.266/2018, a compensação ambiental referente a tais supressões deverá ser contemplada em TCRAs em nome da CONCESSIONÁRIA, se assim exigido pela CETESB.
- 2.2.3. Supressões relacionadas à implantação de novas estruturas relacionadas aos SERVIÇOS e demais ações de interesse da CONCESSIONÁRIA, tais como edificações/instalações para RECEITA ACESSÓRIA, readequação de estrutura, implantação de novas estações, deverão ser devidamente autorizadas, conforme previsto no item 1.3.2.

2.3. Bens de Interesse Histórico e Cultural

- 2.3.1. Considerando a extensão planejada das LINHAS, foram identificados 14 patrimônios culturais, tombados pelo IPHAN, CONPRESP e CONDEPHAAT, com proteção regulamentada indicados na **Tabela 1**, a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Bens Tombados	Estação mais próxima	Município	Localização	Processos do Tombamento	Órgão responsável pelo tombamento
Centro Histórico da Penha	Entre as estações Gabriela Mistral e Guaiauna	São Paulo	Polígono formado pelos seguintes logradouros: Avenida Celso Garcia; Rua Ataleia; Praça Antônio Castilho; Rua Rodovalho Junior; margem sul da linha férrea [Divisa entre as quadras F244 e F020, F012, F003, F002 e F001] até a Rua Mario de Castro; Avenida Gabriela Mistral; Rua Rondonópolis; Rua Alberto Colombero; Avenida Cangaíba; Avenida Penha de França; Rua Padre João; Praça Dona Micaela Vieira; Rua Doutor João Ribeiro; Rua Doutor Almeida Nogueira; Rua Betari; Rua Irapucara; Rua Santo Antero até a divisa entre os lotes 0014 e 0083 da Quadra 156; Avenida Doutor Orêncio Vidigal; Rua Antonio Lamanna; Rua Alvinópolis; margem norte da linha férrea [limite da quadra F023]; margem oeste do Rio Aricanduva até a Rua Alfredo de Franco; e Avenida Aricanduva.	Resolução de Tombamento: n.º 13/2018 (CONPRES P)	CONPRES P
Imóvel Industrial / Rua Pires do Rio C/ Viaduto Bresser	Entre as estações Tatuapé e Brás	São Paulo	Rua Pires Do Rio, 287 a 509 c/ Rua Bresser	Resolução de Tombamento: n.º 23/2016 (CONPRES P)	CONPRES P
Antiga Hospedaria dos Imigrantes	Entre as estações Tatuapé e Brás	São Paulo	R. Visconde de Parnaíba, nº 1316 – São Paulo - SP	Número do Processo: 20601/78 20601/78-Arquivos Resolução de Tombamento: Resolução 27, de 06/05/1982 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 13/05/1982, p. 26 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 188, p. 44, 17/06/1982	CONDEPHAAT
Antiga Estação do Brás	Brás	São Paulo	R. Domingos Paiva, s/n e Praça Agente Cícero, s/n – São Paulo - SP	Número do Processo: 20699/78 Resolução de Tombamento: Resolução 22, de 03/05/1982 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 07/05/1982, p. 19 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 176, p. 41, 26/05/1982	CONDEPHAAT
Antigo Moinho Matarazzo	Brás	São Paulo	R. Monsenhor Andrade, nº 640, Brás - São Paulo/SP	Resolução de Tombamento: Resolução 38/92 (CONPRES P)	CONPRES P

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Bens Tombados	Estação mais próxima	Município	Localização	Processos do Tombamento	Órgão responsável pelo tombamento
Armazéns Gerais e Depósito do Pátio do Pari	Entre as estações Brás e Luz	São Paulo	Largo Santa Rosa, 01; Rua Mendes Caldeira, s/n; Avenida do Estado, s/n; Estrada de Ferro; R. Monsenhor de Andrade, s/n	Resolução de Tombamento: n.º 06/2016 (CONPRES P)	CONPRES P
Vila Economizadora	Entre as estações Brás e Luz	São Paulo	São Caetano, Dr. Luiz Piza, Prof. Leôncio Gurgel, Dr. Cláudio de Souza, Economizadora, Euricles Félix de Matos e Av. do Estado – São Paulo - SP	Número do Processo: 20213/77 Resolução de Tombamento: Resolução 36, de 27/09/1980 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 30/09/1980, p. 58 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 135, p. 25, 29/05/1981	CONDEPHAAT
Igreja De São Cristóvão	Entre as estações Brás e Luz	São Paulo	Av. Tiradentes, nº 84 – São Paulo - SP	Número do Processo: 22078/82 22078/82-Anexo Resolução de Tombamento: Resolução 56, de 13/05/1982 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 21/05/1982, p. 13 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 196, p. 47, 20/07/1982	CONDEPHAAT
Pinacoteca do Estado	Luz	São Paulo	Av. Tiradentes, nº 141 e 173 e Praça da Luz – São Paulo - SP	Número do Processo: 00215/79-Parte1 00215/79-Parte2 00341/73-Acervo Resolução de Tombamento: Resolução 24 de 05/05/1982 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 21/05/1982, p. 12 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 224, p. 62, 19/01/1987	CONDEPHAAT
Jardim da Luz	Luz	São Paulo	R. Ribeiro de Lima, nº 99 – Luz – São Paulo - SP	Número do Processo: 20236/77 Resolução de Tombamento: Resolução 31 de 08/08/1981 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 12/09/1981, p. 16 Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Nº inscr. 7, p. 303, 18/08/1986	CONDEPHAAT

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Bens Tombados	Estação mais próxima	Município	Localização	Processos do Tombamento	Órgão responsável pelo tombamento
Estação Júlio Prestes	Entre as estações Luz e Palmeiras-Barra Funda	São Paulo	R. Mauá, nº 51 – Campos Elíseos – São Paulo - SP	Número do Processo: 36990/97-Vol1 36990/97-Vol2 Resolução de Tombamento: Resolução SC 28, de 08/07/1999 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, p. 24, 09/07/1999 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 326, p. 82, 09/03/2000	CONDEPHAAT
Imóveis à Alameda Cleveland Nº 601 e 617	Entre as estações Luz e Palmeiras-Barra Funda	São Paulo	Alameda Cleveland, nº 601 e 617 – São Paulo - SP	Número do Processo: 41802/01 Resolução de Tombamento: Resolução 46, de 18/01/2002 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 23/01/2002, p. 28 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 333, p. 84, 08/02/2002	CONDEPHAAT
Edifício do Antigo DOPS	Entre as estações Luz e Palmeiras-Barra Funda	São Paulo	Praça General Osório, nº 66, 88, 120 e 136 – São Paulo - SP	Número do Processo: 38685/99 20151/76-Vol1 20151/76-Vol2 Resolução de Tombamento: Resolução 28 de 08/07/1999 Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 09/07/1999, p. 24 Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 327, pp. 82 e 83, 09/03/2000	CONDEPHAAT
Conjunto da Estação Júlio Prestes	Entre as estações Luz e Palmeiras-Barra Funda	São Paulo	R. Mauá – Campos Elíseos – São Paulo- SP Nota: O complexo engloba a gare, o prédio da estação e o prédio da administração.	Número do Processo (Tombamento Provisório IPHAN): 1407 Nota: O tombamento definitivo do bem foi deferido em fevereiro de 2024, de acordo com o IPHAN (https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/conjunto-da-estacao-julio-prestes-sp-recebe-tombamento-definitivo-do-iphan), mas a última lista oficial publicada de bens tombados definitivos pelo órgão é de janeiro de 2024.	IPHAN

Fonte: IPHAN (2023); CONPRESPI (2023); CONDEPHAAT (2023)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

2.4. Atribuições do PODER CONCEDENTE

- 2.4.1. O PODER CONCEDENTE prestará apoio institucional à CONCESSIONÁRIA junto aos órgãos ou entidades de controle ambiental do ESTADO no processo de transferência, obtenção, manutenção e renovação das LICENÇAS AMBIENTAIS.
- 2.4.2. A CPTM deverá realizar as ações de atendimento às exigências do processo de licenciamento ambiental, conforme detalhamento apresentado no item 2.6, bem como as tratativas necessárias junto ao órgão ambiental, para manutenção da regularidade das LICENÇAS AMBIENTAIS das LINHAS, até a transferência de titularidade à CONCESSIONÁRIA, quando do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 2.4.3. A CPTM deverá fornecer à CONCESSIONÁRIA, na FASE PRÉ-OPERACIONAL, cópia da documentação pertinente referente ao processo de licenciamento ambiental, bem como estudos pretéritos desenvolvidos.
- 2.4.4. O PODER CONCEDENTE deverá gerenciar, em conjunto com a CPTM, junto aos órgãos competentes, as atividades necessárias ao encerramento dos Termos de Compromisso em execução relacionados ao manejo de vegetação e intervenção em Área de Preservação Permanente.
- 2.4.5. A CPTM deverá fornecer à CONCESSIONÁRIA cópia dos documentos elaborados no cumprimento dos TCRA's nº 55.790/2019 e nº 55.804/2019.

2.5. Atribuições da CONCESSIONÁRIA

- 2.5.1. Solicitar, junto à CETESB, a transferência de titularidade das Licenças Ambientais de Operação de Regularização (LOR) da LINHA 11 e da LINHA 12, bem como da Licença de Operação da LINHA 13, mediante apoio institucional do PODER CONCEDENTE, no prazo previsto na Cláusula 11.3 do CONTRATO, para que seja dada eficácia a partir da data de início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 2.5.2. Assumir a responsabilidade pelas Licenças Ambientais de Operação – LO (e/ou Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR) das LINHAS, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 2.5.3. Realizar as ações de atendimento às exigências das Licenças Ambientais de Operação – LO (e/ou Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR) das LINHAS e implementar os programas ambientais previstos, conforme

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

detalhamento apresentado no item 2.6.

- 2.5.4. Assumir a responsabilidade das ações de manutenção e conservação das estruturas dos bens de interesse histórico e cultural sob proteção dos órgãos competentes, conforme preconiza a legislação vigente, conforme disciplina o CONTRATO quanto ao recebimento da INFRAESTRUTURA EXISTENTE.
 - 2.5.5. Regularizar qualquer intervenção nos bens de interesse histórico e cultural com proteção regulamentada, conforme preconiza a legislação vigente.
 - 2.5.6. Emitir os relatórios periódicos de acompanhamento das Licenças Ambientais de Operação (LO) e/ou Licenças Ambientais de Operação de Regularização (LOR), comprovando o atendimento às exigências estabelecidas no processo de licenciamento ambiental e fornecendo cópias de tais relatórios, em formato digital, ao PODER CONCEDENTE e à CPTM.
 - 2.5.7. Providenciar a renovação das Licenças Ambientais de Operação (LO) e/ou Licenças Ambientais de Operação de Regularização (LOR) das LINHAS em conformidade com a legislação vigente.
 - 2.5.8. Gerenciar eventual contaminação de solo e/ou água subterrânea decorrente das suas atividades.
 - 2.5.9. Obter as autorizações junto aos órgãos ambientais, na necessidade de supressão de vegetação e realização de manejo arbóreo, em estrito atendimento a legislação ambiental vigente.
- 2.6. **Detalhamento das exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização da LINHA 11**
- 2.6.1. A **Tabela 2** apresenta o detalhamento das exigências contidas na Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022, da CPTM.
 - 2.6.2. As exigências estabelecidas na Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022 para as quais houver sido atribuída a responsabilidade à CPTM, conforme a **Tabela 2**, quando não realizadas na sua totalidade até o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, serão alocadas à CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 2 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022 – LINHA 11

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
1	<i>Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO e respectivos Programas Ambientais (Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos; Tratamento e Regularização das Interferências em Recursos Hídricos; Gerenciamento de Efluentes e Emissões Atmosféricas; Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Produtos Perigosos; Tratamento dos Descartes e Lançamentos Irregulares de Resíduos e Efluentes; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Gerenciamento de Ruídos e Vibrações; Áreas Ambientalmente Protegidas e Vegetação; Monitoramento e Salvaguarda da Fauna; Tratamento da Segmentação Urbana e Travessias Irregulares; Requalificação Urbana no Entorno das Estações; Tratamento, Conservação e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural), comprovando a realização das atividades; registros fotográficos; identificação de eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, bem como avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária
2	<i>Comprovar, no prazo de 6 (seis) meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos, relatório de implementação de medidas corretivas e de controle do processo erosivo identificado (ID 74), no trecho entre as Estações Jundiapéba e Estudantes, e dos alagamentos e inundações na faixa ferroviária, conforme itens 6.1 e 6.2 do Parecer Técnico nº 028/22/IE. Incluir a apresentação de planta do sistema de drenagem de águas pluviais existente nos pátios de estacionamento e de manutenção de trens e respectivos pontos de lançamento.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
3	<i>Apresentar, no prazo de 6 (seis) meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, no âmbito do Programa de Gestão de Efluentes e Emissões Atmosféricas, cronograma de substituição da fossa séptica existente por interligação à rede pública na Estação Guaianazes; bem como a complementação do programa incluindo: plantas e cortes dos sistemas de efluentes industriais do pátio de manutenção Complexo Engenheiro São Paulo; detalhamento do sistema de contenção de vazamentos das áreas de armazenamento de materiais perigosos; localização de cabines de pintura e sopradores e</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 2 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022 – LINHA 11

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
	<i>respectivas medidas mitigadoras implantadas; relatórios de atendimento aos padrões de emissão de poluentes e de lançamento de efluentes conforme legislação vigente.</i>	
4	<i>Incluir, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos e Produtos Perigosos, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, comprovação do gerenciamento e destinação final adequados, eventuais ocorrências com produtos perigosos e as respectivas medidas adotadas; e as manifestações de transporte e de recebimento dos resíduos sólidos gerados nas áreas operacional e de manutenção do empreendimento.</i>	Concessionária
5	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gerenciamento Ambiental da Operação – PGO, o andamento das tratativas com a Prefeitura de São Paulo e a SABESP quanto aos descartes irregulares de resíduos e efluentes na LINHA 11, com apresentação de respectivo cronograma de adequação.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
6	<i>Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa para Tratamento dos Descartes Irregulares de Resíduos e Efluentes no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, contemplando o acompanhamento da regularização dos efluentes dispostos ao longo da ferrovia, identificação de eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, bem como avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 2 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022 – LINHA 11

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
7	<i>Comprovar, nos relatórios anuais do Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas no âmbito do PGO, o atendimento aos procedimentos e diretrizes preconizados, contemplando eventuais ocorrências, medidas aplicadas e a efetividade das ações, informando, ainda, a situação de atendimento dos processos de gerenciamento de áreas contaminadas que tramitam nas agências ambientais da CETESB. Caso sejam iniciadas novas obras de infraestrutura da linha, deverão ser previstos os riscos e/ou o gerenciamento de materiais associados a contaminações existentes, conforme descrito no Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas e legislação vigente.</i>	Concessionária
8	<i>Comprovar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, o atendimento às exigências do Parecer Técnico nº 028/22/IL, no caso de reclamação da população devido à alteração dos níveis de ruído, referente às atividades de fontes fixas e/ou à operação da LINHA 11 durante a passagem de composições.</i>	Concessionária
9	<i>Apresentar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa para Áreas Ambientalmente Protegidas e Vegetação, a situação de atendimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 55.790/2019 e nº 55.804/2019, por no mínimo, três anos a partir do início da execução dos plantios.</i>	Concessionária
10	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, os resultados do levantamento primário da fauna existente no entorno, conforme proposto no Relatório de Regularização Ambiental, identificação dos pontos críticos e propostas de dispositivos para redução dos atropelamentos, elaborados por profissional devidamente habilitado. Comprovar, ainda, parceria com instituições que receberão os animais capturados na via férrea.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
11	<i>Incluir, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, os registros de ocorrências no período, as medidas</i>	Concessionária

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 2 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022 – LINHA 11

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
	<i>mitigadoras implantadas e a avaliação de sua efetividade. Comprovar, ainda, a realização de ações de educação ambiental, incluindo temas como o combate ao abandono de animais domésticos pela população do entorno e conscientização quanto ao risco de atropelamento de fauna voltadas aos funcionários e terceirizados da CPTM.</i>	
12	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, tratativas junto à municipalidade para implantação de novas transposições nos locais que apresentam maior demanda de pedestres e/ou concentração de travessias irregulares, acompanhado de cronograma.</i>	CPTM
13	<i>Apresentar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa para Tratamento da Segmentação Urbana e Travessias Irregulares, a comprovação da implementação de novas transposições conforme tratativas acordadas com a municipalidade, os registros de eventuais atividades irregulares, medidas mitigadoras adotadas e respectiva avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária
14	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, um Programa de Requalificação Urbana no Entorno das Estações que contemple medidas e/ou tratativas com as prefeituras, visando à melhoria da qualidade dos equipamentos e seu entorno.</i>	CPTM
15	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento das obras, no âmbito do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras – PGO, avaliação do estado de conformidade e respectivo Programa de Intervenção e/ ou Valorização da estação ferroviária Casa da Estação Calmon Viana, aprovado pela administração municipal de Poá</i>	CPTM
16	Por ocasião da solicitação de renovação da LO: <i>Apresentar relatório consolidado do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO do empreendimento e respectivos Programas Ambientais (Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos; Tratamento e Regularização das Interferências em Recursos Hídricos; Gerenciamento de Efluentes e Emissões Atmosféricas; Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Produtos</i>	Concessionária



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 2 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2708/2022 – LINHA 11

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
	<i>Perigosos; Tratamento dos Descartes e Lançamentos Irregulares de Resíduos e Efluentes; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Gerenciamento de Ruídos e Vibrações; Áreas Ambientalmente Protegidas e Vegetação; Monitoramento e Salvaguarda da Fauna; Tratamento da Segmentação Urbana e Travessias Irregulares; Requalificação Urbana no Entorno das Estações; Tratamento, Conservação e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural). Tal relatório deverá conter, ainda, a avaliação da efetividade das medidas implementadas e as eventuais propostas de adequação para a continuidade da operação.</i>	

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

2.7. Detalhamento das exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização da LINHA 12

- 2.7.1. A **Tabela 3** apresenta o detalhamento das exigências contidas na Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023, da CPTM.
- 2.7.2. As exigências estabelecidas na Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 para as quais houver sido atribuída a responsabilidade à CPTM, conforme a Tabela 3, quando não realizadas na sua totalidade até o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, serão alocadas à CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 3 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 – LINHA 12

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
1	<i>Comprovar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos, a implementação das medidas corretivas, preventivas e de controle dos processos erosivos identificados no Relatório de Regularização Ambiental.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
2	<i>Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO e respectivos Programas Ambientais (Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos; Tratamento e Regularização das Interferências em Recursos Hídricos; Gerenciamento de Efluentes; Emissões Atmosféricas; Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Tratamento dos Descartes e Lançamentos Irregulares de Resíduos e Efluentes; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Gerenciamento de Ruído e Vibração; Áreas Ambientalmente Protegidas e Vegetação; Monitoramento e Atropelamento da Fauna; Tratamento da Segmentação Urbana e Travessias Irregulares; Requalificação Urbana no Entorno das Estações; Tratamento, Conservação e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural), comprovando a realização das atividades por meio de relatório fotográfico; identificação de eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, bem como avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária
3	<i>Comprovar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos, o estabelecimento de metas e prazos para a implantação de medidas de controle e mitigação nas áreas definidas como de prioridade alta, incluindo medidas estruturais (melhorias no sistema de drenagem interno, instalação de comportas e diques, alteamento da via estrutural etc.).</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
4	<i>Apresentar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Efluentes, respectiva carta de anuência quanto ao lançamento das águas pluviais na</i>	

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 3 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 – LINHA 12

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
	<i>rede da SABESP, conforme informado pelo interessado.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
5	<i>Comprovar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Efluentes, a desativação da fossa séptica da Estação Itaquaquetuba, com apresentação de cronograma para a interligação com a rede pública. Incluir planta da rede de coleta de efluentes existente nos abrigos de manutenção de material rodante.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
6	<i>Comprovar, nos relatórios anuais do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, a implementação das medidas de controle e mitigação nos pontos críticos, bem como daquelas previstas para a minimização das interferências nos recursos hídricos decorrentes da operação do empreendimento, tais como a manutenção e a limpeza dos sistemas de drenagem.</i>	Concessionária
7	<i>Informar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Controle de Emissões Atmosféricas, as operações efetuadas nas cabines de pintura e a periodicidade da utilização dos respectivos sistemas de controle. Também deverão ser informadas as características técnicas do sistema de controle instalado e comprovado o atendimento aos padrões de emissão de poluentes conforme legislação vigente.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
8	<i>Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Controle de Emissões Atmosféricas, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, contemplando a implementação das ações propostas, eventuais adequações necessárias, registros fotográficos, identificação de eventuais não conformidades e respectivas medidas</i>	Concessionária

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 3 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 – LINHA 12

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
	<i>corretivas adotadas, bem como avaliação de sua efetividade.</i>	
9	<i>Incluir, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, a comprovação do gerenciamento e destinação final adequados, e informações sobre eventuais ocorrências com produtos perigosos e as respectivas medidas adotadas; e as manifestações de transporte e de recebimento dos resíduos sólidos gerados nas áreas operacional e de manutenção do empreendimento.</i>	Concessionária
10	<i>Comprovar, no primeiro relatório anual de acompanhamento do Plano de Gerenciamento Ambiental da Operação – PGO, o andamento das tratativas com a Prefeitura de São Paulo e a SABESP quanto aos descartes irregulares de resíduos e efluentes na Linha 12, com apresentação de respectivo cronograma de adequação.</i>	CPTM Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
11	<i>Incluir, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa Tratamento dos Descartes Irregulares de Resíduos e Efluentes, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, o acompanhamento da regularização dos efluentes dispostos ao longo da ferrovia, identificação de eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, bem como avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária
12	<i>Comprovar, nos relatórios anuais do Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas no âmbito do PGO, o atendimento aos procedimentos e diretrizes preconizados, contemplando eventuais ocorrências, medidas aplicadas e a efetividade das ações, informando, ainda, o andamento da atualização do levantamento de identificação das áreas contaminadas, com potencial ou suspeitas, conforme descrito na Informação Técnica da CETESB nº 068/23/IRAO.</i>	Concessionária

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 3 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 – LINHA 12

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
13	<i>Identificar as áreas com os maiores números de reclamações (pontos críticos), e estabelecer metas e prazos para a implantação de medidas de controle e mitigação em tais pontos, em até seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Gerenciamento de Ruídos e Vibração. Também deverá ser incluído, monitoramento periódico nos pontos críticos, que deverá ser utilizado como indicador na comprovação das melhorias implantadas.</i>	Concessionária
14	<i>Comprovar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, a implementação das medidas de controle e mitigação nos pontos críticos e no caso de novas reclamações da população devido à alteração dos níveis de ruído, referente às atividades de fontes fixas e/ou à operação da LINHA 12.</i>	Concessionária
15	<i>Informar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa para Áreas Ambientalmente Protegidas e Vegetação, a situação de atendimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 55.790/2019 e nº 55.804/2019, bem como do Termo de Compromisso Ambiental – TAC nº 352/2012.</i>	Concessionária
16	<i>Comprovar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Regularização – LOR, no âmbito do Programa de Monitoramento e Atropelamento da Fauna, o treinamento dos condutores/ operadores das vias quanto aos procedimentos adequados para o caso de constatação de animal na via, bem como a revisão do programa, com a inclusão detalhada de todos os passos para a comunicação e o registro da ocorrência, e carta de aceite de instituições que receberão os animais vivos vítimas de atropelamento na via.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 3 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 – LINHA 12

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
17	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, os resultados do levantamento primário da fauna conforme proposto, identificação dos pontos críticos e propostas de dispositivos para redução dos atropelamentos, elaborado por profissional devidamente habilitado. Também deverá ser comprovada a realização de ações de educação ambiental, incluindo temas como o combate ao abandono de animais domésticos pela população do entorno e conscientização quanto ao risco de atropelamento de fauna voltadas aos funcionários e terceirizados da CPTM.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
18	<i>Incluir, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Monitoramento e Salvaguarda da Fauna, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO, os registros de ocorrências no período, as medidas mitigadoras implantadas e a avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária
19	<i>Comprovar, no prazo de seis meses após a emissão da Licença Ambiental de Regularização – LOR, a implantação e o treinamento de procedimentos detalhados direcionados aos condutores e fiscais de linha para os casos de constatação de transeuntes na via e o andamento das tratativas junto às municipalidades para implantação de novas transposições nos locais que apresentam maior demanda de pedestres e/ou concentração de travessias irregulares, acompanhado de cronograma.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
20	<i>Comprovar, nos relatórios anuais de acompanhamento do Programa Tratamento da Segmentação Urbana e Travessias Irregulares, a implementação de novas transposições conforme tratativas acordadas com as municipalidades, bem como registros de treinamentos/ fiscais de linha quanto aos procedimentos necessários de aviso de transeuntes na via, eventuais atividades irregulares, medidas mitigadoras adotadas e respectiva avaliação de sua efetividade.</i>	Concessionária

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 3 – Exigências da Licença Ambiental de Operação de Regularização (LOR) nº 2754/2023 – LINHA 12

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
21	<i>Apresentar, no primeiro relatório anual de acompanhamento das obras, no âmbito do Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras – PGO, avaliação do estado de conformidade e respectivo Programa de Intervenção e/ ou Valorização da Estação Brás, aprovado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico e Turístico – CONDEPHAAT e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico – CONPRESP.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
22	<i>Por ocasião da solicitação de renovação da LO:</i> <i>Apresentar relatório consolidado do Plano de Gestão Ambiental da Operação – PGO e respectivos Programas Ambientais (Gerenciamento de Processos Morfodinâmicos; Tratamento e Regularização das Interferências em Recursos Hídricos; Gerenciamento de Efluentes e Emissões Atmosféricas; Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Tratamento dos Descartes e Lançamentos Irregulares de Resíduos e Efluentes; Gerenciamento de Áreas Contaminadas; Gerenciamento de Ruído e Vibração; Áreas Ambientalmente Protegidas e Vegetação; Monitoramento e Atropelamento da Fauna; Tratamento da Segmentação Urbana e Travessias Irregulares; Requalificação Urbana no Entorno das Estações; Tratamento, Conservação e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural). Tal relatório deverá conter, ainda, a avaliação da efetividade das medidas implementadas e as eventuais propostas de adequação para a continuidade da operação.</i>	Concessionária



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

2.8. Detalhamento das exigências da Licença Ambiental de Operação da LINHA 13

- 2.8.1. A **Tabela 4** apresenta o detalhamento das exigências contidas na Licença Ambiental de Operação (LO) nº 2454/2018, da CPTM.
- 2.8.2. As exigências estabelecidas na LO nº 2454/2018 para as quais houver sido atribuída a responsabilidade à CPTM, conforme a **Tabela 4**, quando não realizadas na sua totalidade até o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, serão alocadas à CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 4 – Exigências da Licença Ambiental de Operação (LO) nº2454/2018 – LINHA 13

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
1	<i>Comprovar, no prazo de 1 (um) mês após a emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, o depósito no Fundo de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN do valor complementar relativo à compensação ambiental pela implantação do empreendimento.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
2	<i>Realizar, após 6 (seis) meses da emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, nos termos da Decisão de Diretoria CETESB nº 389/2010/P para o ruído gerado pela circulação das composições, medições dos níveis de ruído na operação plena da Linha 13 – Jade, com acompanhamento dos técnicos da CETESB, e, caso necessário, apresentar propostas de minimização dos níveis de ruído.</i>	Concessionária
3	<i>Comprovar, no prazo de 6(seis) meses após a emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, por meio de relatório fotográfico, a completa desmobilização e recuperação dos canteiros e demais áreas de apoio, vias de acesso, áreas com solo exposto e da área da estação provisória do Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência – PAESE.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)
4	<i>Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando a implementação das ações propostas para o controle de tráfego, gerenciamento de resíduos e efluentes, controle de ruído e vibração, comunicação dos registros/reclamações recebidos pela Ouvidoria referentes às questões socioambientais, manutenção e adequação das estruturas de drenagem, manutenção do plantio compensatório, etc. Incluir registros de não conformidades identificadas, medidas corretivas adotadas e avaliação da efetividade das mesmas, adequações necessárias, resultados obtidos e propostas para o próximo período.</i>	Concessionária
5	<i>Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, a manifestação do IPHAN sobre o Relatório Final do Programa de Prospecções Arqueológicas Complementares e Ações de Monitoramento Arqueológico para a LINHA 13.</i>	Concessionária (caso a CPTM já não tenha atendido)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 4 – Exigências da Licença Ambiental de Operação (LO) nº2454/2018 – LINHA 13

N	Condicionantes	Responsável pelo atendimento
6	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os Termos de Reabilitação do Fragata Auto Posto, do Auto Posto Engenheiro Goulart (Posto Automotivo Gran Via Ltda.) e da porção desapropriada da Granitos Moredó Ltda.</i>	Concessionária
7	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados dos estudos realizados no período referentes à demanda por fluxo transversal de pedestres, comprovando a implantação de novas travessias, caso necessário. (Exigência nº 28 da LI nº 2224).</i>	Concessionária
8	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados do Programa de Monitoramento da Fauna, pelo prazo de dois anos após a emissão da Licença Ambiental de Operação – LO.</i>	Concessionária
9	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o encerramento dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRAs nº 90.366/2013, nº 26.203/2016, nº 26.204/2016 e nº 25.696/2016, do TCA nº 156/2014, emitido pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município de São Paulo, e o TCA nº 004/2015, emitido pela Secretaria do Meio Ambiente do Município de Guarulhos.</i>	Concessionária
10	<i>Por ocasião da solicitação de renovação da LO:</i> <i>Apresentar relatório consolidado do Programa de Gestão Ambiental da Operação e demais programas e planos ambientais, referentes ao controle de tráfego, gerenciamento de resíduos e efluentes, controle de ruído e vibração, comunicação dos registros/reclamações recebidos pela Ouvidoria referentes às questões socioambientais, manutenção e adequação das estruturas de drenagem, manutenção do plantio compensatório etc.</i>	Concessionária



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

3. LICENÇAS AMBIENTAIS DE INSTALAÇÃO E REGRAMENTOS

3.1. Licenças Ambientais de Instalação

3.1.1. A LINHA 11 possui três Licenças Ambientais de Instalação vigentes, quais sejam:

- Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 23.992/2010 – Modernização da Linha 11 – Coral;
- Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 11.998/2011 – Reconstrução da estação Suzano; e
- Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – Revitalização da via no trecho Ferraz de Vasconcelos.

3.1.2. A LINHA 12 possui uma Licença Ambiental de Instalação vigente, qual seja:

- Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 25.496/2010 – Trecho Brás – Calmon Viana (2ª fase).

3.1.3. A LINHA 13 possui uma Licença Ambiental de Instalação vigente, qual seja:

- Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – Obras de implementação da linha.

3.1.4. Apesar das Licenças de Instalação indicarem os respectivos prazos de validade, em resposta à consulta feita pela CPTM, a CETESB se manifestou por meio do Ofício Nº 534/16/IE de 13/07/2016, onde esclarece que *“uma vez iniciado o processo de instalação dentro do prazo de validade da licença, o empreendedor será considerado regular perante a legislação ambiental até a finalização da obra, ainda que a instalação se dê em etapas, sendo dispensável a prorrogação do seu prazo”*.

3.2. Detalhamento das exigências das Licenças Ambientais de Instalação

3.2.1. As **Tabelas 6, 7, 8, 9 e 10** apresentam o detalhamento das exigências contidas em cada uma das Licenças Ambientais de Instalação referenciadas no item 3.1, respectivamente.

3.2.2. As exigências estabelecidas nas Licenças Ambientais de Instalação (LI) supracitadas, para as quais houver sido atribuída responsabilidade à CPTM, quando não realizadas na sua totalidade até o início da OPERAÇÃO COMERCIAL, poderão ser transferidas para a CONCESSIONÁRIA, serão alocadas à



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

CONCESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 4 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 23.992/2010 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
Antes do início das obras			
1	<i>Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre o atendimento às condicionantes relativas ao patrimônio edificado e o Programa de Monitoramento Arqueológico.</i>	-	CPTM
Durante a vigência da Licença Ambiental de Instalação – LI			
2	<i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras, informando a situação do atendimento às exigências técnicas e da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias dos programas e subprogramas ambientais preconizados no processo de licenciamento ambiental, discorrendo sobre as eventuais não-conformidades e respectivas ações corretivas adotadas.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
3	<i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, o qual deverá contemplar além do proposto:</i> <ul style="list-style-type: none"><i>Atender as recomendações do Parecer Técnico nº 119/ESCC/08, mesmo na situação em que a obra seja realizada considerando a hipótese de pior cenário;</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 4 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 23.992/2010 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<ul style="list-style-type: none">• <i>O bota-espera a ser implantado próximo à estação Santa Teresinha além de ser executado em conformidade com a NBR 12235, deverá adotar as medidas adicionais necessárias para a proteção da saúde da população localizada na divisa da área planejada, tais como sistemas de eliminação de particulados e odores;</i>• <i>Para o lançamento de águas subterrâneas (tratadas ou não) na rede de esgoto, além do atendimento ao definido na legislação pertinente, a CPTM deverá obter a concordância expressa da concessionária desses serviços;</i>• <i>Protocolar os relatórios com estudos, investigações, definição dos mapas de riscos e Intervenções na Agência Ambiental da CETESB.</i>• <i>Comprovar a destinação adequada dos solos considerados contaminados a locais devidamente licenciados.</i>		
Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO			

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 4 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 23.992/2010 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
4	<i>Comprovar o atendimento do Termo de Compromisso Ambiental – TCA firmado entre a CPTM e a SVMA/DEPAVE e do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 60.530/2009 firmado com a Agência Ambiental da CETESB.</i>	EM ATENDIMENTO ¹ O TCRA nº 60.530/2009 foi desmembrado nos TCRA nº 49.230/10 e 49.240/10, este foram substituídos pelos TCRA nº 55.087/2012 e nº 55.104/2012, e estes últimos foram incorporados aos TCRA nº 26.203/2016 e nº 26.204/2016, que previram o desenvolvimento de projetos de restauração. Conforme indicado no Relatório de Regularização Ambiental (RRA, 2021 e 2022), estes TCRA foram substituídos pelos TCRA nº 55.790/19 (PESM) e nº 55.804/19 (EERP). Para atendimento dos referidos TCRA, a CPTM firmou dois contratos com a empresa Plantar e Viva Verde Serviços Florestais LTDA, com prazo de execução de 60 meses (5 anos), para a execução da restauração florestal em áreas pré-definidas na Estação Ecológica de Ribeirão Preto (EERP) e no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Os contratos estão em andamento e os relatórios de atividades de restauração estão sendo apresentados no âmbito do processo nº 270/2015.	CPTM

¹ Informações disponibilizadas no Relatório de Regularização Ambiental (RRA) da Linha 12 (APENSO 27), emitido em 2022 e que apresentam também informações sobre a Linha 11.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 4 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 23.992/2010 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
5	<i>Apresentar relatório final Indicando a conclusão das obras e o atendimento a todas as medidas ambientais preconizadas no processo de licenciamento ambiental. Deverão constar também desse relatório as eventuais não-conformidades observadas na Linha 11 e áreas de apoio, durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não-conformidades, assim como informar se foram implementadas as medidas adicionais ou se houve adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
Durante a vigência da Licença Ambiental de Operação – LO			
6	<i>Apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, os resultados das medições dos níveis de ruído a serem realizadas na operação plena da Linha 11, e caso necessário, apresentar propostas de minimização dos níveis de ruído para receptores críticos.</i>	-	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 5 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 11.998/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 2.154/2012	Observações	Responsável pelo atendimento
Antes do Início das obras			
-	<i>Apresentar os acordos firmados com a população desapropriada, indenizada e relocada e/ou o DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA e as respectivas imissões na posse.</i>	-	CPTM
-	<i>Apresentar, antes da supressão de exemplares arbóreos isolados, a autorização para supressão emitida pela Prefeitura Municipal de Suzano e/ou Agência Ambiental de Mogi das Cruzes.</i>	-	CPTM
-	<i>Apresentar a aprovação da localização do canteiro de obras pela prefeitura local e, se contar com unidade industrial, a licença da Agência Ambiental de Mogi das Cruzes. Indicar a destinação dos resíduos sólidos e efluentes líquidos domésticos e industriais gerados no canteiro de obras.</i>	-	CPTM
Durante a implantação do empreendimento			
-	<i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras e de implantação dos Programas Ambientais, informando sobre as atividades desenvolvidas, as eventuais não conformidades e respectivas ações corretivas adotadas, registros fotográficos e documentos produzidos.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 5 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 11.998/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 2.154/2012	Observações	Responsável pelo atendimento
-	<p><i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, o qual deverá contemplar além do proposto, quando couber</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Atendimento às recomendações do Parecer Técnico nº. 75/ESCC/08, mesmo na situação em que a obra seja realizada considerando a hipótese de pior cenário;</i> <i>Comprovação de protocolo dos relatórios com estudos, investigações, definição dos mapas de riscos e intervenções na Agência Ambiental da CETESB.</i> <i>Comprovação da destinação adequada dos solos considerados contaminados em locais devidamente licenciados.</i> 	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
-	<p><i>Apresentar as autorizações dos órgãos competentes para a eventual utilização de áreas de apoio fora da faixa Operacional que não se enquadrem na Resolução SMA nº 30/00, com os respectivos projetos de recuperação dessas áreas.</i></p>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação			
-	<p><i>Apresentar relatório final dos Programas Ambientais contemplando as atividades desenvolvidas durante as obras, a consolidação dos dados apresentados nos relatórios semestrais, a análise crítica dos resultados</i></p>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 5 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 11.998/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 2.154/2012	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>e propostas de medidas mitigadoras ou compensatórias de eventuais impactos verificados pela implantação do empreendimento. Comprovar a desativação dos canteiros de obra e a recuperação dos locais afetados pela obra.</i>		
Durante a operação do empreendimento			
-	<i>Apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, os resultados das medições dos níveis de ruído a serem realizadas na operação plena da Linha 11, e caso necessário, apresentar proposta de minimização dos níveis de ruído para receptores críticos.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
Antes do início das obras			
1	<i>Apresentar a Outorga de interferência em recursos hídricos, emitida pelo Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE.</i>	-	CPTM
2	<i>Apresentar, sobre ortofoto ou imagem de satélite em escala compatível, a localização dos canteiros de obras (incluindo a caracterização completa de suas estruturas e instalações) e das demais áreas de apoio (áreas de empréstimo, depósitos de material excedente, etc) a serem utilizadas durante as obras. Apresentar ainda, caso estejam localizadas fora da faixa Operacional:</i> <ul style="list-style-type: none"> <i>solicitação de cadastramento das áreas dos canteiros de obras e demais áreas de apoio pretendidas, em locais sem restrições ambientais em conformidade com a SMA 30/00, para a análise e manifestação desse Departamento;</i> <i>manifestação da Prefeitura Municipal, caso estejam localizadas em áreas urbanas.</i> 	-	CPTM
3	<i>Apresentar laudo conclusivo de arqueólogo responsável, referente à necessidade de implementação de Programa de</i>	-	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>Prospecções Arqueológicas Intensivas e/ou Programa de Monitoramento Arqueológico nas áreas que compõe o trecho em questão (entre as estações Ferraz de Vasconcelos e Estudantes), conforme preconiza o Parecer Técnico 029/08 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Caso necessário, implementar os programas nos locais pertinentes e apresentar respectiva manifestação do referido instituto.</i>		
Durante a implantação do empreendimento			
4	<i>Apresentar Relatórios Semestrais de Acompanhamento das Obras, informando a situação do atendimento às exigências técnicas e implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias previstas nos Programas Ambientais propostos (Programa de Controle Ambiental das Obras, de Proteção ao Patrimônio Cultural, de Comunicação Social, de Recomposição Florestal, de Inserção Urbana, de Gestão de Áreas Contaminadas), discorrendo sobre as eventuais não-conformidades e respectivas ações corretivas adotadas.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
5	<p><i>Apresentar, no 1º Relatório Semestral de Acompanhamento das Obras:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• anuência das empresas ou concessionárias responsáveis pelo recebimento e/ou coleta dos resíduos sólidos e efluentes líquidos domésticos e industriais gerados durante a implantação do empreendimento;</i> <i>• a implantação de dispositivos de drenagem provisória e outras medidas ambientalmente adequadas adotadas nas áreas dos canteiros de obras e demais áreas de apoio.</i> 	-	CPTM
6	<i>Caso haja necessidade de unidades industriais nos canteiros de obras, comprovar o devido licenciamento das mesmas pela Agência Ambiental da CETESB.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
7	<i>Apresentar, antes de intervir em cada subtrecho que compõe a obra, relatório comprovando a completa implementação das recomendações propostas no Ofício CT.GEC.327/2010 e no Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas apresentados, sempre que aplicáveis ao trecho em questão</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<p><i>(entre as estações Ferraz de Vasconcelos e Estudantes), incluindo ainda:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>• atendimento às recomendações do Parecer Técnico nº 75/ESCC/08 (execução das etapas de gerenciamento de áreas contaminadas), mesmo na situação em que a obra seja realizada considerando a “hipótese de pior cenário”;</i><i>• em caso de implantação de bota-espera próximo às estações, além de serem executados em conformidade com a NBR 12235, deverão ser adotadas medidas adicionais para a proteção da saúde da população do entorno, tais como sistemas de eliminação de particulados e odores;</i><i>• para o lançamento de águas subterrâneas (tratadas ou não) na rede de esgoto, além do atendimento ao definido na legislação pertinente, a CPTM deverá obter a concordância expressa da concessionária desses serviços;</i><i>• atendimento às recomendações finais do Despacho nº 028/TACA/10 quanto ao encaminhamento de</i>		

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>relatórios à CETESB, medidas de remediação, destinação de solos escavados e dos solos considerados contaminados.</i>		
Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO			
8	<p><i>Apresentar Relatório Conclusivo das Obras, ilustrado com fotos datadas, retratando a implementação dos Programas Ambientais propostos (Programa de Controle Ambiental das Obras, de Proteção ao Patrimônio Cultural, de Comunicação Social, de Recomposição Florestal, de Inserção Urbana, de Gestão de Áreas Contaminadas) e o atendimento a todas as medidas ambientais preconizadas no processo de licenciamento, com o balanço das atividades realizadas e a eficácia das medidas adotadas. Incluir ainda:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • comprovação, por meio de registros fotográficos datados, da completa recuperação ambiental das áreas dos canteiros de obras e de todas as demais áreas de apoio utilizadas durante a implantação do empreendimento; 	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<ul style="list-style-type: none"> comprovação da adequada destinação dos resíduos sólidos e efluentes líquidos domésticos e industriais gerados durante a implantação do empreendimento. 		
9	<i>Apresentar um Programa de Gerenciamento Ambiental da Operação, contemplando ações ambientalmente adequadas para a segurança e minimização de riscos aos usuários, operação em situação de emergência, comunicação e interação social, manutenção do sistema de drenagem, disposição de resíduos e efluentes, controle da poluição do solo e águas, controle de gramíneas na via permanente, entre outros. Tal programa deverá contemplar os responsáveis por sua implementação, as formas de registros (incluindo registro das não-conformidades e medidas corretivas adotadas), e o treinamento dos operadores/colaboradores.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
10	<i>Comprovar atendimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA's nº 49.230/2010 e 49.240/2010, firmados com a Agência Ambiental de Pinheiros da CETESB.</i>	<p>EM ATENDIMENTO</p> <p>Os TCRA's nº 49.230/10 e 49.240/10 foram substituídos pelos TCRA's nº 55.087/2012 e nº 55.104/2012, e estes últimos foram incorporados aos TCRA's nº 26.203/2016 e nº 26.204/2016, que previram o desenvolvimento de projetos de restauração. Conforme indicado no Relatório</p>	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 6 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.020/2011 – LINHA 11

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
		de Regularização Ambiental (RRA, 2021 e 2022), estes últimos foram substituídos pelos TCRA's nº 55.790/19 e nº 55.804/19. Para atendimento aos TCRA's vigentes, a CPTM firmou dois contratos para a execução da restauração florestal em áreas pré-definidas na Estação Ecológica de Ribeirão Preto (EERP) e no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Os contratos estão em andamento e os relatórios de atividades de restauração estão sendo apresentados no âmbito do processo nº 270/2015.	
Durante a Operação do Empreendimento			
11	<i>Apresentar, em até 9 (nove) meses da emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, o atendimento às recomendações do Parecer Técnico nº 083/2011/IPSA do Setor de Ar, Ruídos e Vibrações da CETESB.</i>	-	CPTM
12	<i>Apresentar Relatórios Anuais de Acompanhamento do Programa de Gerenciamento Ambiental da Operação, contemplando o balanço das atividades realizadas no período e a eficácia das ações ambientais adotadas, incluindo registro das não-conformidades e medidas corretivas adotadas.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 7 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 25.496/2010 – LINHA 12

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
Antes do início das obras			
1	<i>Apresentar o Decreto de Utilidade Pública e os acordos firmados com a população desapropriada, indenizada, e relocada ou as respectivas imissões na posse.</i>	-	CPTM
2	<i>Apresentar os Termos de Cessão ou Autorização de Uso de áreas públicas municipais firmados com as Prefeituras Municipais de São Paulo, Itaquaquecetuba e Poá.</i>	-	CPTM
Durante a vigência da Licença Ambiental de Instalação – LI			
3	<i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento das obras, informando a situação do atendimento às exigências técnicas e da implementação das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias dos programas e subprogramas ambientais preconizados no processo de licenciamento ambiental, discorrendo sobre as eventuais não-conformidades e respectivas ações corretivas adotadas.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 7 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 25.496/2010 – LINHA 12

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
4	<p><i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, o qual deverá contemplar além do proposto:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><i>• O desenvolvimento das etapas de gerenciamento das áreas contaminadas deverá ser realizado na Integra, mesmo na situação em que a obra seja realizada considerando a hipótese de pior cenário;</i><i>• O bota-espera a ser implantado próximo à estação Itaquaquecetuba além de ser executado em conformidade com a NBR 12235, deverá adotar as medidas adicionais necessárias para a proteção da saúde da população localizada na divisa da área planejada, tais como sistemas de eliminação de particulados e odores</i><i>• Para o lançamento de águas subterrâneas (tratadas ou não) na rede de esgoto, além do atendimento ao definido na legislação pertinente, a CPTM deverá obter a concordância expressa da concessionária desses serviços;</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 7 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 25.496/2010 – LINHA 12

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Protocolar os relatórios com estudos, investigações, definição dos mapas de riscos e intervenções na Agência Ambiental da CETESB.</i> • <i>Comprovar a destinação adequada dos solos considerados contaminados a locais devidamente licenciados.</i> 		
Para a obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO			
5	<i>Comprovar o atendimento aos TCA firmados entre a CPTM e as Prefeituras Municipais e ao TCRA nº 60.530/2009 firmado com a Agência Ambiental da CETESB, que deverá estar acompanhado de respectiva anuência da Fundação Florestal para o Parque do Juquery.</i>	<p>EM ATENDIMENTO</p> <p>Os TCRA nº 49.230/10 e 49.240/10 foram substituídos pelos TCRA nº 55.087/2012 e nº 55.104/2012, e estes últimos foram incorporados aos TCRA nº 26.203/2016 e nº 26.204/2016, que previram o desenvolvimento de projetos de restauração. Conforme indicado no Relatório de Regularização Ambiental (RRA, 2022), estes últimos foram substituídos pelos TCRA nº 55.790/19 e nº 55.804/19. Para atendimento aos TCRA vigentes, a CPTM firmou dois contratos para a execução da restauração florestal em áreas pré-definidas na Estação Ecológica de Ribeirão Preto (EERP) e no Parque Estadual da Serra do Mar (PESM). Os contratos estão em</p>	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 7 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 25.496/2010 – LINHA 12

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
		andamento e os relatórios de atividades de restauração estão sendo apresentados no âmbito do processo nº 270/2015. Junto à prefeitura de São Paulo (SVMA), foram firmados: TCAs nº 140/2010 – Encerrado, TCA nº 256/09 – Encerrado e TCA nº 352/12 – Atividades encerradas), aguardando Termo de Recebimento Definitivo. ²	
6	<i>Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre o atendimento às condicionantes expressas no Ofício 712/09/IPHAN/SP, de 19/11/09.</i>	-	CPTM
7	<i>Apresentar relatório final indicando a conclusão das obras e o atendimento a todas as medidas ambientais preconizadas no processo de licenciamento ambiental. Deverão constar também desse relatório as eventuais não-conformidades observadas na LINHA 12 e áreas de apoio, durante a execução das obras e as respectivas medidas corretivas adotadas, indicando a causa das não-conformidades, assim como informar se foram implementadas as medidas adicionais ou</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

² Informações disponibilizadas no Relatório de Regularização Ambiental (RRA) da Linha 12, emitido em 2022.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 7 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 25.496/2010 – LINHA 12

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>se houve adequação das medidas ambientais previstas no licenciamento.</i>		
Durante a vigência da Licença Ambiental de Operação – LO			
8	<i>Apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da emissão da Licença Ambiental de Operação – LO, os resultados das medições dos níveis de ruído a serem realizadas na operação plena da LINHA 12, e caso necessário, apresentar propostas de minimização dos níveis de ruído para receptores críticos.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
Antes do início das obras			
1	<i>Apresentar Plano de Ataque de Obras, contendo o cronograma das intervenções, detalhando, por trecho, as medidas de controle de erosão e assoreamento a serem adotadas, os dispositivos de drenagem provisória previstos, as alternativas de circulação e implantação de dispositivos viários provisórios para garantir o fluxo e o acesso de veículos e pedestres a equipamentos públicos e estabelecimentos no entorno da faixa ferroviária, entre outros.</i>	-	CPTM
2	<i>Realizar medições de níveis de ruído ambiente (Lra) e de velocidade de vibração de partículas em Receptores Potencialmente Críticos – RPCs localizado ao longo do empreendimento, conforme orientações constantes do Parecer Técnico 401/13/E.</i>	-	CPTM
3	<i>Apresentar atendimento ao disposto no Parecer Técnico 401/13/IE, quanto aos procedimentos relativos à investigação de áreas contaminadas.</i>	-	CPTM
4	<i>Apresentar atendimento ao Despacho nº 001/09/EEEL, referente ao gerenciamento de efluentes gerados na implantação do empreendimento.</i>	-	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
5	<i>Apresentar a localização, sobre ortofoto ou imagem de satélite (escala 1:10.000 ou superior), dos canteiros de obras e demais áreas de apoio, indicando as instalações previstas (unidades industriais, alojamentos, oficinas, refeitórios, instalações sanitárias, vias de acesso, etc.). Comprovar a aprovação da localização dos canteiros de obras e demais áreas de apoio pelas Prefeituras Municipais e o licenciamento de unidades industriais.</i>	-	CPTM
6	<i>Apresentar o Plano de Desvio de Tráfego para a fase de implantação do empreendimento, aprovado pelos órgãos responsáveis pela infraestrutura viária e tráfego dos municípios de São Paulo e Guarulhos.</i>	-	CPTM
Durante a implantação do empreendimento			
7	<i>Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, incluindo os Programas de Comunicação Social, de Recomposição Florestal, os Planos de Gerenciamento de Riscos – PGR e de Ações de Emergência – PAE, e comprovando, por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser informados os</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável.</i>		
8	<i>Incluir, nos relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social comprovação das atividades realizadas (canais de comunicação utilizados, material de divulgação distribuído, atas e listas de presença de reuniões realizadas, divulgação de vagas de emprego, etc.).</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
9	<i>Obter os Certificados de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRIs, antes do encaminhamento dos resíduos para destinação final. Disponibilizar, na área do empreendimento, os relatórios de acompanhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e os respectivos documentos obtidos, para eventual consulta da equipe técnica da CETESB.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
10	<i>Comprovar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, a implantação das barreiras acústicas propostas ao longo do empreendimento.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
11	<i>Comprovar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, o atendimento aos procedimentos relativos à investigação de áreas contaminadas, conforme diretrizes do Parecer Técnico 401/13/E.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
12	<i>Obter, antes de iniciar as campanhas do Plano de Monitoramento de Fauna, a Autorização para Manejo in situ, do Departamento de Fauna Silvestre da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – DeFau/SMA</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
13	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, as ações realizadas no Plano de Monitoramento de Fauna. Deverão ser contemplados, entre outros, a descrição das atividades no período; registros fotográficos; equipe técnica responsável e respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs. Apresentar o georreferenciamento dos pontos de monitoramento de fauna em planilhas eletrônicas editáveis (extensão ,x/s ou compatível); apresentar a localização dos pontos amostrais em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou 53ompatível) e</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>vetorial (extensão ,shp ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.</i>		
14	<i>Obter, antes de intervir nos cursos d'água, a outorga de interferência emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
15	<i>Apresentar, antes das intervenções nas áreas a serem desapropriadas, o cadastro físico e socioeconômico das propriedades a serem afetadas pela implantação do empreendimento, e as respectivas imissões na posse ou os acordos amigáveis firmados com os proprietários.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
16	<i>Apresentar, antes das intervenções nas áreas públicas, as respectivas autorizações ou cessões emitidas pelos órgãos competentes.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
17	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais do Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, as ações adotadas no Programa de Desapropriação.</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
18	<i>Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Articulação Institucional,</i>	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	<i>documentos que comprovem as tratativas com os órgãos responsáveis pela infraestrutura viária e tráfego dos municípios de São Paulo e Guarulhos, tais como Termos de Permissão para Ocupação de Vias -TPOV, expedidos pela Secretaria Municipal de Transportes/Departamento de Operação do Sistema Viário – SMT/DSV; aprovação dos órgãos responsáveis pelo transporte coletivo dos municípios, relativa as alterações nos /itinerários e pontos de parada das linhas de transporte coletivo, necessárias a execução das obras; autorizações das empresas responsáveis pelas infraestruturas de fornecimento de serviços públicos afetadas pelo empreendimento.</i>		

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO			
19	Apresentar relatório conclusivo, ilustrado com fotos datadas, da implementação dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Comunicação Social, de Recomposição Florestal, de Monitoramento de Fauna, os Planos de Gerenciamento de Riscos – PGR e de Ações de Emergência – PAE, com o balanço das atividades realizadas, bem como a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá ser comprovada, ainda, a completa recuperação de todas as áreas afetadas pelas obras, a instalação de adequado sistema de drenagem de águas pluviais e a adequada gestão dos resíduos sólidos e efluentes da fase de obras.	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
20	Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN sobre o relatório conclusivo do Plano de Monitoramento Arqueológico.	-	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
21	Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando as atividades a serem realizadas durante a operação, incluindo as ações relativas ao gerenciamento de resíduos e efluentes, controle de ruído e vibração, comunicação social, manutenção e adequação das estruturas de drenagem, manutenção do plantio compensatório, gerenciamento de áreas contaminadas, etc. Contemplar, no mínimo, a equipe alocada e as respectivas responsabilidades; o detalhamento das medidas e procedimentos propostos; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não conformidades; procedimentos de trabalho; e o cronograma de atividades.	-	CPTM
22	Apresentar a situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA 90.366/2013, firmado com o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos.	O Relatório de Requerimento de LO (2018) indicou que as atividades de atendimento ao TCRA nº 90.366/2013 estavam em andamento.	CPTM
23	Apresentar relatório contábil com o montante dispendido na implantação do empreendimento, visando a realização de	-	CPTM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	eventuais ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.		
24	Apresentar relatório conclusivo comprovando a realização das atividades do Programa de Desapropriação, contemplando no mínimo as ações realizadas na implantação do empreendimento, a avaliação dos resultados obtidos, necessidade de prosseguimento do Programa, entre outros.	-	CPTM
25	Comprovar a implantação dos dispositivos definitivos e as soluções de circulação adotadas para garantir o fluxo de veículos e pedestres e a conexão entre as margens da faixa ferroviária, garantindo acesso a equipamentos públicos e estabelecimentos no entorno do empreendimento.	-	CPTM CONCESSIONÁRIA
Durante a operação do empreendimento			
26	Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando a implementação das ações propostas para o controle de tráfego, gerenciamento de resíduos e efluentes, controle de ruído e vibração, comunicação social, manutenção e adequação das estruturas de drenagem, implantação e manutenção do plantio compensatório, gerenciamento de	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
	áreas contaminadas, etc. Incluir registros de não conformidades identificadas, medidas corretivas adotadas e avaliação da efetividade das mesmas, adequações necessárias, resultados obtidos e propostas para o próximo período.		
27	Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados de campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o “Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes” (Decisão de Diretoria CETESB nº 100/2009/P de 19/05/09) e com a “Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes localizados no Estado de São Paulo” (Decisão de Diretoria CETESB .º 389/2010/P de 24/12/10). Caso sejam verificados níveis acima do padrão preconizado, devem ser propostas e implantadas medidas mitigadoras de ruído. (Exigência nº 35 da LP nº 2210).	-	CPTM CONCESSIONÁRIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

Tabela 8 – Exigências da Licença Ambiental de Instalação (LI) nº 2.224/2013 – LINHA 13

N.	Exigências da LI nº 23.992/2010	Observações	Responsável pelo atendimento
28	Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados dos estudos realizados no período referentes à demanda por fluxo transversal de pedestres, comprovando a implantação de novas travessias, caso necessário.	-	CPTM CONCESSIONÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

3.3. Atribuições do PODER CONCEDENTE:

- 3.3.1. O PODER CONCEDENTE prestará apoio institucional à CONCESSIONÁRIA junto aos órgãos ou entidades de controle ambiental do ESTADO no processo de transferência, obtenção, manutenção e renovação das LICENÇAS AMBIENTAIS.
- 3.3.2. Fornecer à CONCESSIONÁRIA, na FASE PRÉ-OPERACIONAL, cópia da documentação pertinente referente ao processo de licenciamento ambiental, bem como estudos pretéritos desenvolvidos.
 - 3.3.2.1. Licitantes interessados em realizar consulta aos estudos pretéritos poderão fazê-lo comparecendo à SALA DE DOCUMENTOS, cuja forma de acesso consta do ANEXO IV do EDITAL.
- 3.3.3. Fornecer à CONCESSIONÁRIA cópia dos relatórios de acompanhamento das obras do período sob gestão do PODER CONCEDENTE.
- 3.3.4. Gerenciar, em conjunto com a CPTM, junto aos órgãos competentes, as atividades necessárias ao encerramento dos Termos de Compromisso em execução relacionados ao manejo de vegetação e intervenção em Área de Preservação Permanente.
- 3.3.5. Fornecer à CONCESSIONÁRIA cópia dos documentos elaborados no cumprimento dos TCRA's nº 55.790/2019 e nº 55.804/2019, para o atendimento das exigências presentes nas Licenças Ambientais de Instalação, se assim vier a ser exigida pela CETESB.

3.4. Atribuições da CONCESSIONÁRIA:

- 3.4.1. Solicitar à CETESB a transferência de titularidade das Licenças Ambientais de Instalação listadas no item 3.1, no prazo previsto na Cláusula 11.3 do CONTRATO, para que seja dada eficácia a partir da data de início da OPERAÇÃO COMERCIAL.
- 3.4.2. Assumir a responsabilidade pelas Licenças Ambientais de Instalação, atendimento de suas exigências e implementação dos programas ambientais previstos no Licenciamento Ambiental a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI Nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 e 13

- 3.4.3. Emitir os relatórios semestrais de acompanhamento das obras associadas aos EMPREENDIMENTOS de sua responsabilidade comprovando o atendimento às exigências estabelecidas no processo de licenciamento ambiental e fornecer cópia de tais relatórios ao PODER CONCEDENTE em formato digital (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).
- 3.4.4. Solicitar e obter a retificação das Licenças Ambientais de Operação de Regularização (LOR) e/ou da Licença Ambiental de Operação (LO) para inclusão dos EMPREENDIMENTOS decorrentes das Licenças Ambientais de Instalação, em conformidade com a legislação vigente (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).
- 3.4.5. Assumir a responsabilidade do cumprimento das eventuais exigências adicionais decorrentes da retificação das LOR e/ou LO para inclusão destes EMPREENDIMENTOS (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).
- 3.4.6. Gerenciar eventual contaminação de solo e/ou água subterrânea decorrente das suas atividades (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).
- 3.4.7. Obter as autorizações junto aos órgãos ambientais, na necessidade de supressão de vegetação e realização de manejo arbóreo, em estrito atendimento a legislação ambiental vigente (FASE PRÉ-OPERACIONAL e, quando aplicável, FASE de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).
- 3.4.8. Realizar o monitoramento de ruído e vibrações no entorno das LINHAS em conformidade com as determinações do órgão ambiental e apresentar, quando necessário, proposta de minimização dos níveis de ruído e vibrações para receptores críticos (FASES PRÉ-OPERACIONAL, de OPERAÇÃO ASSISTIDA e OPERACIONAL).